



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

APELAÇÃO CRIMINAL N. 0005661-25.2015.4.01.3603/MT

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
APELANTE : FD GOLD DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES IMOBILIARIOS
LTDA
ADVOGADO : SP00125373 - ARTUR GOMES FERREIRA E OUTROS(AS)
APELADO : JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR : FLAVIA CRISTINA TAVARES TORRES

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE BENS. 3.744,93 GRAMAS DE OURO. ART. 118 DO CPP. INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTENTE. ORIGEM ILÍCITA DO BEM. TERCEIRO DE BOA-FÉ. ART. 91, II, DO CPP. PROVIDA A APELAÇÃO.

I – Encerradas as investigações e arquivado o inquérito policial a pedido do MPF, evidencia-se que o bem apreendido já não se reveste de qualquer interesse para o processo.

II – Conquanto o MPF reconheça, com base em perícia, a origem ilícita do bem apreendido (materialidade delitiva), fez ressalva à provável boa-fé da pessoa jurídica FD'Gold e de seus dirigentes no caso (ausência de prova de autoria).

III – Mesmo na hipótese de condenação, com a imposição de perda do bem apreendido em favor da União, encontra-se expressamente ressalvado, no inciso II do artigo 91 do CP, o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, pelo que maior razão terá tal ressalva quando sequer existente investigação ou feito em curso.

IV – A despeito da origem ilícita do bem, não se justifica a manutenção de sua apreensão no âmbito criminal, com prejuízo a terceiro que o adquiriu de boa-fé, como, em princípio, é o caso da apelante, que, inclusive, apresentou documentação a fim de demonstrar a regularidade de sua propriedade, devendo ser-lhe restituído o bem apreendido.

V – Provida a apelação.

ACÓRDÃO

Decide a 4ª Turma do TRF - 1ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 17 de dezembro de 2019.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
(Relator)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO (RELATOR): Trata-se de apelação criminal interposta por FD'GOLD DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA contra decisão, proferida pelo Juízo Federal da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT, que indeferiu o pedido de restituição de 3.744,93g de ouro apreendidos pela Polícia Federal em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido no bojo das investigações da “Operação Mãe de Ouro”.

Aduz a apelante, em síntese, que é legal e regular proprietária do minério apreendido, o qual fora adquirido sob a mais estrita legalidade e fiel observância às normas que regulam o mercado de aquisição de ouro, conforme notas fiscais constantes dos autos, não se podendo presumir que ele tenha origem ilícita. Ademais, o que se apura na investigação policial é a conduta como pessoa física de um de seus mandatários, que não se confunde com as atividades da pessoa jurídica que representa.

Requer, ao final, a reforma do *decisum* combatido com a restituição do bem apreendido ou a nomeação de seu representante legal como fiel depositário do bem.

Contrarrazões do MPF (fls. 279/281).

Parecer da PRR/1ª Região pelo desprovimento do apelo (fls. 283/284).

Petição da apelante informando que o MPF, na primeira instância, solicitou o arquivamento da investigação, por não vislumbrar suporte probatório mínimo apto a alicerçar o ajuizamento de uma ação penal (fls. 294/305).

Novo parecer da PRR/1ª Região, desta feita, pela extinção do presente feito, com a consequente restituição do bem apreendido à apelante.

É o relatório.

17.12.2019
4ª Turma

VOTO

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO (RELATOR): A decisão combatida indeferiu o pedido de restituição formulado por FD'GOLD DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA nos seguintes termos:

Com efeito, embora as notas fiscais trazidas aos autos pela requerente, de fato, mencionem o número das respectivas Permissões de Lavra Garimpeira- PLG de onde, supostamente, teria sido extraído o ouro por ela adquirido, a denotar a licitude de sua origem, essa circunstância, nesse momento da persecução penal, não se mostra suficiente para a restituição do minério apreendido.

Isso porque, nesse momento vige o princípio da cautela, ante os indícios de que o minério apreendido possa ter sido objeto de esquentamento por parte dos investigados.

*É esse, frise-se, o principal objeto das investigações: o **esquentamento de outro extraído ilegalmente.***

*É evidente, portanto, que a manutenção da apreensão do ouro ora pleiteado **ainda interessa à persecução penal, não podendo, pois, ser restituído, nos termos do artigo 118 do Código de Processo Penal.***

Nada obstante, o próprio MPF, posteriormente, pugnou na primeira instância pelo arquivamento do Inquérito Policial, em face da ausência de provas suficientes para a propositura de uma ação penal, nos termos seguintes:

(...)

A empresa FD'Gold Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA, localizada no Município de São Paulo-SP, é uma distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para aquisição e inserção de ouro no mercado financeiro. Para viabilizar o seu funcionamento, a empresa decidiu instalar Postos de Compra de Ouro nos municípios de Peixoto de Azevedo-MT, Alta Floresta-MT e Terra Nova do Norte-MT.

Esses PCO's são administrados por empresas mandatárias, nos termos de um contrato de mandato mercantil, por meio do qual a empresa mandatária se obriga acatar a legislação, bem como observar o Manual de Procedimento de Aquisição de Ouro editado pela mandante.

*(...) a **responsabilidade pela conferência da veracidade dos documentos apresentados pelos garimpeiros recaía sobre os Postos de Compra de Ouro e não pela empresa FD'Gold Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA, de***

propriedade dos investigados, uma vez que esta última realizava apenas uma pesquisa formal de regularidade das informações e dos documentos que eram repassados pelos PCO's.

(...)

Dessarte, em que pese a gravidade dos fatos apurados neste inquérito, não obstante a conclusão do laudo pericial referente à origem ilícita do ouro apreendido, não há suporte probatório apto a comprovar que os investigados tinham ciência das irregularidades cometidas pelos Postos de Compra de Ouro, uma vez que a empresa FD'Gold Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA apenas recebia o ouro e a documentação fraudulenta emitida de forma ilegal pelos PCO's.

Ademais, há de registrar que no âmbito do Inquérito Policial 00262/2013 não foram encontrados elementos de informação ou qualquer indício de que os administradores da empresa FD'Gold Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA tinham ciência dos crimes cometidos por Antonio Furini.

Dessa forma, observa-se a fragilidade dos indícios de autoria do presente delito, de forma que não é possível cogitar o oferecimento de peça acusatória com base em elementos vagos e imprecisos, como é o caso dos autos.

(...)

Ex positis, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL não vislumbra a presença de suporte probatório mínimo apto a alicerçar o ajuizamento de ação penal, nem de outras diligências a serem enviadas no intuito de se comprovar a autoria do delito sob comento, sendo de rigor o ARQUIVAMENTO do presente persecutório, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.

(...)

Ora, o art. 118 do CPP determina que:

Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

No caso, entretanto, encerradas as investigações e arquivado o Inquérito Policial a pedido do MPF, evidencia-se que o bem apreendido já não é foco de qualquer interesse para o processo.

Por outro lado, conquanto o MPF reconheça, com base em perícia, a origem ilícita do bem apreendido (materialidade delitiva), fez expressa ressalva à provável boa-fé da pessoa jurídica FD'Gold e de seus dirigentes no caso (ausência de prova de autoria).

Nesse quadro, deve-se considerar, num raciocínio *a fortiori*, que mesmo na hipótese de condenação, com a imposição de perda do bem apreendido em favor da União, encontra-se expressamente ressalvado, no inciso II do artigo 91 do CP, o direito do lesado ou do **terceiro de boa-fé**, pelo que maior razão terá tal ressalva quando sequer existe investigação ou feito em curso, como na hipótese sob análise.

Assim sendo, a despeito da origem ilícita do bem, não se justifica a manutenção de sua apreensão no âmbito criminal, com prejuízo a terceiro que o adquiriu de boa-fé, como, em princípio, é o caso da apelante, que, inclusive, apresentou documentação a fim de demonstrar a regularidade de sua propriedade.

Por tais razões, **dou provimento** ao apelo para determinar a restituição do bem apreendido à empresa FD'GOLD DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

É como voto.

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
RELATOR